



Comunicado | Lisboa | 19 de outubro de 2023

Relatório dos Administradores Judiciais no processo de insolvência da Rio Forte de Agosto de 2023

A PHAROL, SGPS S.A. ("PHAROL") informa sobre Relatório dos Administradores Judiciais no processo de insolvência da Rio Forte (Rapport n°25 des Curateurs), relativo a 31 de agosto de 2023, disponível em www.espiritosantoinsovencies.lu e cuja tradução livre aqui se anexa.

PHAROL, SGPS S.A.

Sociedade Aberta
Capital social € 26.895.375
Número de Matrícula na
Conservatória do Registo
Comercial de Lisboa e de Pessoa
Coletiva 503 215 058

A PHAROL está cotada
na Euronext (PHR).
Encontra-se disponível informação
sobre a Empresa na Bloomberg
através do código PHR PL.

Luis Sousa de Macedo
Diretor de Relação com
Investidores ir@pharol.pt
Tel.: +351 212 697 698
Fax: +351 212 697 649

pharol.pt

Relatório nº. 25 dos Curadores de 31 de agosto de 2023

O presente relatório ("o relatório") tem por objetivo apresentar informações sobre a evolução e a situação das sociedades em insolvência. Estas informações têm um carácter geral.

Por razões devidas aos potenciais litígios que venham a existir ou em curso, os curadores estão impossibilitados de informar sobre todos os aspetos das insolvências.

Os curadores tiveram todos os cuidados necessários tanto na recolha como nas informações transmitidas. Contudo, não as podem garantir de forma exaustiva e exata.

As informações comunicadas refletem o conhecimento dos curadores, sobre as sociedades em insolvência, no momento da elaboração deste relatório. Esse conhecimento é suscetível de uma evolução e com ela as informações a fornecer pelos curadores. Nessa eventualidade, os curadores, não sistematizarão uma atualização imediata da sua comunicação, mas irão incluí-la no próximo relatório que será publicado neste site.

O próximo relatório será publicado assim que a situação das sociedades em falência o justifique.

A presente comunicação é feita sob todas as reservas e sem prejuízo quanto aos direitos dos curadores que declinam toda a responsabilidade pela utilização, ou não utilização, que terceiros façam das informações comunicadas.

O presente relatório vem na sequência do anterior, datado de 30 de abril de 2023, publicado no site das insolvências na internet ("Relatório 24").

1. Elementos comuns às diversas insolvências

Relativamente às três sociedades em insolvência que fazem parte do mesmo grupo, o Grupo Espírito Santo ("GES"), uma série de elementos deste relatório são comuns às três insolvências. Estes elementos serão tratados no âmbito do presente título.

Os curadores continuam a sua política de comunicação ao público através do site das insolvências da internet www.espiritosantoinsovencias.lu, que se destina à difusão das informações gerais sobre as mesmas. Na impossibilidade de responder a todos

os pedidos de informações individualmente os interessados deverão consultar regularmente o site, nomeadamente a rubrica “Informações”.

1.1. Objetivo do Trabalho dos Curadores

O trabalho dos curadores, realizado sob a supervisão do Tribunal de Comércio do Luxemburgo, tem como finalidade a recuperação dos ativos das sociedades em insolvência e a sua distribuição pelos credores reconhecidos.

1.2. Abertura de falências Acessórias na Suíça

Recorde-se

- que os curadores luxemburgueses contestam os seguintes pedidos declarados pelo liquidatário do BPES nas insolvências acessórias suíças:
 - CHF 30.237.378,50 em falência RFI
 - CHF 196.086.163,59 em falência ESI,
- que os curadores contestam igualmente a existência de garantias a favor do BPES,
- que o curador das insolvências acessórias suíças decidiu rejeitar as reclamações de créditos apresentadas pelo BPES. O BPES interpôs recurso desta decisão,
- que as partes suspenderam de comum acordo o processo de recurso.

1.3. Relações com as outras entidades do Grupo Espírito Santo que foram objeto de processos coletivos

1.3.1. Banco Privée Espírito Santo na Suíça (“BPES”)

1.3.1.1. Reclamações de créditos de clientes do BPES nas empresas luxemburguesas insolventes ESI, RFI ou ESC

Recorde-se que – à data da elaboração do relatório nº 18 - o liquidatário do BPES apresentou as seguintes reclamações – relacionadas com as *global notes* - nas insolvências do Luxemburgo:

- ESI: 51 reclamações num montante total de € 1.128.098.142,93.

- RFI: 48 reclamações num montante total de € 491.816.694,18.

Os curadores contactaram as pessoas que tinham apresentado uma reclamação de crédito sobreposta com as reclamações *global note* apresentadas pelo BPES e solicitaram-lhes que retirassem essas suas reclamações. Numerosos credores deram seguimento a este convite.

Os curadores contestaram as reclamações dos credores individuais que estão sobrepostas com as reclamações introduzidas pelo liquidatário do BPES. Os debates sobre as contestações serão convocados para audiência de 16 de janeiro de 2024. Os curadores convidaram o BPES a intervir voluntariamente para apresentar os seus fundamentos a fim de justificar a sua posição de credor exclusivo.

Para as operações fiduciárias, os clientes do BPES, beneficiários de contratos fiduciários, apresentaram diretamente uma reclamação de crédito nas insolvências do Luxemburgo. Em agosto de 2021, o BPES por sua vez, depositou as reclamações de crédito referentes aos depósitos fiduciários; estas reclamações são originadas de uma recompra pelo BPES das reclamações fiduciárias dos clientes em questão.

1.3.1.2. Reclamações de crédito do BPES nas insolvências acessórias suíças das sociedades ESI, RFI ou ESC

Remete-se ao ponto 1.2. deste relatório.

1.3.1.3. Pedidos de revogação do liquidatário do BPES

Os pedidos de revogação do liquidatário do BPES permanecem pendentes:

ESI:	CHF	224.532,42
	EUR	2.103.969.124,58
	USD	763.552.961,66
RFI:	CHF	13.591.000,00
	EUR	1.355.404.923,97
	GBP	3.000.000,00
	USD	457.410.022,12
ESC:	EUR	285.356,90

1.3.1.4. Reclamações de créditos das insolvências no Luxemburgo na liquidação do BPES

Recorde-se que o liquidatário do BPES publicou a sua graduação e que as reclamações de créditos das insolvências do Luxemburgo, estão mantidas em suspenso pelo liquidatário suíço.

1.3.1.5. Reclamações de créditos das insolvências no Luxemburgo na liquidação do BPES

Os curadores tinham preparado uma intimação contra o BPES para o reembolso dos pagamentos efetuados durante o período questionável. Trata-se de 8,7 milhões para a ESI e 5,5 milhões para a RFI. Foi firmado entre as partes um acordo para interromper o prazo de prescrição de uma eventual ação.

1.3.1.6. Objetivo dos curadores

O objetivo dos curadores consiste em encontrar um acordo negociado com o liquidatário do BPES sobre o conjunto de diferendos que poderiam opor as entidades interessadas. As partes estão em discussão para atingir este objetivo. Essas discussões foram mais vagarosas devido aos debates sobre as contestações das duplas reclamações dos credores apresentadas pelo BPES e os clientes de BPES.

1.3.2. ES IRMÃOS SGPS SA (“ES IRMÃOS”)

O pedido judicial introduzido pelo liquidatário de ES IRMÃOS e a oposição dos curadores da ESI mantêm-se pendentes perante o tribunal de Lisboa. Os curadores relembram que o pedido tem por objeto a anulação da venda de 81.231.725 ações da ESFG pela ESI à ES IRMÃOS e a restituição do preço de venda de € 1,7 bilião.

1.3.3. Espírito Santo Industrial S.A.

Recorde-se que a Espírito Santo Industrial S.A., uma sociedade do Luxemburgo (que é controlada pela ESI), foi declarada insolvente em 17 de março de 2017 e que o Sr. Laurent FISCH foi nomeado como curador. O Sr. FISCH prossegue o seu mandato de curador.

1.3.4. Espírito Santo Services S.A.

Recorde-se que a Espírito Santo Services S.A., uma sociedade do Luxemburgo (que é controlada pela ESI) foi declarada em falência em 2 de dezembro de 2019 e que o Sr. Laurent FISCH foi nomeado curador.

O Sr. FISCH prossegue o seu mandato de curador.

1.3.5. Euroamerican Finance S.A. (“EAF”)

Salienta-se que a falência da EAF foi declarada em 27 de julho de 2020 e que o Sr. Laurent FISCH atua como curador desta falência.

Em julho de 2023, ME FISCH realizou uma distribuição provisória pela EAF. RFI recebeu um primeiro reembolso parcial da sua reclamação aceite.

Em agosto de 2023, ME FISCH fechou um contrato de venda de todos os ativos detidos por uma subsidiária da EAF no Paraguai. Atualmente não é possível fazer uma previsão detalhada sobre a evolução da falência da EAF. Sob reserva do efeito de certas condições previstas contratualmente, o produto da venda no Paraguai permitirá eventualmente à falida EAF reembolsar uma parte significativa, se aplicável, de toda a sua dívida à RFI nos próximos anos.

1.4. Relações com o Ministério Público e a Polícia Judiciária

Os pontos que se seguem constituem referências de relatórios anteriores:

1.4.1. Em Portugal

O Ministério Público Português decide caso a caso sobre o destino de certas alienações de ativos individuais pertencentes a filiais, sobre o reembolso de despesas incorridas por estas filiais e sobre a transferência de fundos das filiais para as contas da ESI ou de RFI. Importa precisar que as contas destinatárias de tais transferências são penhoradas pelo procurador.

Os processos penais prosseguem nos tribunais portugueses.

1.4.2. Na Suíça

Os arrestos de iniciativa das autoridades penais suíças continuam em vigor.

1.4.3. Queixa Criminal em Portugal e na Suíça

Os curadores constituíram-se partes dos processos penais em Portugal em nome da massa da ESI e da RFI. Esses processos continuam nos tribunais portugueses.

Uma ação cível foi igualmente apresentada na Suíça em nome da massa da ESI.

2. Espírito Santo International S.A.

2.1. Realização de Ativos

2.1.1 Depósitos Bancários

Em 31 de agosto de 2023, os depósitos bancários totalizavam € 174.726.850,95 (€ 87.411.192,51 + USD 94.894.657,59), os quais detinham como fundo de garantia € 164.624.180,11 (€ 89.099.704,59 + USD 82.080.000).

Um montante de € 2.800.869,59 é objeto de arresto em Portugal.

Na medida do possível, os fundos detidos são colocados em contas que vencem juros.

2.1.2. Participações

Como referido anteriormente, os numerosos ativos detidos, direta ou indiretamente, pela ESI estão sujeitos a um arresto judicial. Além disso terceiros invocam direitos sobre estes ativos.

Os curadores tentam realizar esses ativos sob as melhores condições possíveis, levando em conta as restrições acima descritas. Muitos ativos foram, e continuarão a ser realizados nas sociedades filiais e sub filiais da ESI, sem que os produtos dessas realizações possam ser transferidos imediatamente para a ESI, sobretudo por causa dos arrestos judiciais.

2.1.3. Sociedades off-shore

A constituição de parte nos processos penais portugueses tem por objetivo recuperar eventuais ativos.

2.1.4. Vendas Futuras

Certas vendas futuras terão que ser efetuadas de acordo com os arrestos judiciais, em particular com um acordo, a negociar com as autoridades criminais, visando uma venda dos ativos apreendidos, venda que seria então seguida por uma apreensão das receitas líquidas da venda.

2.1.5. Citações

As ações em curso dos curadores são as seguintes:

- Ação para preenchimento de responsabilidade dos antigos administradores (de facto e de direito) e do auditor perante os tribunais no Luxemburgo.
- Intimação de responsabilidade civil perante os tribunais portugueses.
- Constituição de parte nos processos criminais em Portugal e na Suíça.

Por outro lado, o Sr. Moritz GSPANN, curador *ad hoc* da ESI nomeado judicialmente em 6 de novembro de 2017, continua a missão que lhe foi confiada pelo tribunal.

2.1.6. Recuperações previsíveis

As informações atualmente disponíveis aos curadores, não permitem fazer uma estimativa sobre as recuperações a favor da massa credora.

Não se pode excluir que os bens apreendidos judicialmente, e os eventuais direitos de terceiros, impeçam definitivamente que a insolvência possa recuperar e distribuir certos ativos como não está excluído que as autoridades penais tenham como objetivo final confiscar definitivamente os bens atualmente arrestados.

As liquidações a elaborar com os beneficiários dos fundos detidos sob custódia terão um impacto nestes fundos. Uma parte - mesmo significativa - dos fundos assim detidos é suscetível de ser desembolsada enquanto outros fundos detidos como medida de precaução são suscetíveis de serem reclassificados como ativos próprios da insolvência.

2.2. O Passivo da Insolvência

Em 31 de agosto de 2023, 1.658 reclamações de crédito foram apresentadas. O montante total das reclamações apresentadas sem garantia é de aproximadamente

€ 8.310,7 milhões. Este total não tem em conta as 1.109 retiradas registadas no valor de € 1.047,5 milhões. 549 reclamações para um total de cerca de € 7.263,2 milhões, montante acrescido de juros no valor de 104,8 milhões de euros, permanecem atualmente apresentadas.

As 89 reclamações individuais, totalizando cerca de € 385,4 milhões, duplicadas com aquelas que foram introduzidas pelo BPES foram contestadas. Os debates sobre as contestações serão convocados em audiência. Os curadores convidaram o BPES a intervir voluntariamente para apresentar os seus fundamentos a fim de justificar a sua posição de credor exclusivo.

Os créditos reclamados pelo BPES na insolvência acessória suíça (CHF 196.086.163,59), não estão incluídos no total das reclamações recebidas.

Os pedidos de revogação dos liquidatários do BPES (CHF 224.531,42, € 2.103.969.124,58 e USD 763.552.961,66) já não estão mais consignados neste valor.

As verificações das reclamações de crédito prosseguirão.

As informações atualmente disponíveis aos curadores não permitem fazer uma estimativa dos passivos que acabarão por ser retidos na falência.

2.3. Receitas e Despesas

Depois da decisão da insolvência e até 31 de agosto de 2023, os curadores registaram os seguintes fluxos:

	30/04/2023	31/08/ 2023	variação
	€	€	€
Receitas	180.743.449,87	183.225.926,87	2.482.477,00
Despesas que se discriminam do seguinte modo:	7.630.103,79	7.748.947,87	118.844,09
• Honorários Curadores	2.708.218,64	2.756.552,94	48.334,30
• Honorários Advogados	1.174.179,22	1.205.544,22	31.365,00
• Honorários Prestadores	1.521.968,89	1.521.968,89	0,00

• Outros honorários	2.469,54	2.469,54	0,00
• Custo externo (revisão reclamação de créditos)	140.628,06	140.628,06	0,00
• Seguros	821.002,00	821.002,00	0,00
• Custos administrativos e diversos	83.429,84	83.598,98	1 69,14
• Custos com pessoal	163.508,48	163.508,48	0,00
• Custos bancários incluindo Forex	8.489,55	9.809,17	1.319,62
• Juros negativos	1.629,94	1.629,94	0,00
• Impostos	27.285,00	27.285,00	0,00
• Despesas imputáveis	977.294,63	1.014.950,65	37.656,03

As diferenças com os números de 30 de abril de 2023 e a tesouraria, explicam-se por uma evolução da posição, pelas diferenças de valor da moeda, reclassificações e / ou refaturação de taxas e honorários.

A lista acima representa os fluxos reais, sem corte e sem provisionamento.

3. Rio Forte Investments SA

3.1. Realização de Ativos

3.1.1 Ativos Bancários

Em 31 de agosto de 2023, os ativos no banco totalizavam € 179.615.543,60 dos quais

- €28.600.000 (acrescido de juros e diminuído de juros negativos e encargos bancários num montante total net de € 275.468,96) objeto de um arresto judicial no Luxemburgo,
- € 41.761.169,22 objeto de um arresto judicial em Portugal,
- € 976.618,29 depositados no "Banque Nationale Suisse" "objeto de um arresto judicial na Suíça.

Na medida do possível, os fundos detidos são colocados em contas que vencem juros.

3.1.2 Participações

Como já foi referido, muitos ativos detidos direta ou indiretamente pela RFI são atualmente objeto de um arresto judicial. Além disso, os credores reclamam os direitos sobre os seus ativos.

Os curadores tentam realizar os ativos nas melhores condições possíveis, levando em conta as restrições acima descritas. Muitos ativos foram e continuarão a ser realizados em sociedades filiais ou sub filiais da RFI, sem que o produto dessas realizações possa ser transferido imediatamente para a RFI.

Uma futura transferência desses rendimentos é suscetível de ser bloqueada pelas autoridades judiciais.

3.1.3. Vendas Futuras

Certas vendas futuras terão de ser ajustadas em função dos arrestos judiciais, nomeadamente por um acordo a ser negociado com as autoridades penais tendo em vista uma venda dos ativos apreendidos, venda que seria imediatamente seguida de uma apreensão subsequente das receitas líquidas da venda.

3.1.4. Citações

As ações em curso dos curadores são as seguintes:

- Citação para liquidação do passivo dos antigos administradores (de facto e de direito) perante o tribunal no Luxemburgo.
- Citação de responsabilidade do auditor perante o tribunal no Luxemburgo.
- Ação de responsabilidade civil contra os antigos administradores perante os tribunais portugueses.
- Constituição de parte nos processos penais em Portugal.

3.1.5. Recuperações Previsíveis

As informações atualmente disponíveis aos curadores, não permitem fazer uma estimativa sobre as recuperações a favor da massa credora.

Não se pode excluir que os bens apreendidos judicialmente, e os eventuais direitos de terceiros, impeçam definitivamente que a insolvência possa recuperar e distribuir certos ativos como não está excluído que as

autoridades penais tenham como objetivo final confiscar definitivamente os bens atualmente arrestados.

3.2. O Passivo da Insolvência

Em 31 de agosto de 2023, 1.773 reclamações de crédito no valor de mais de € 4.862,7 milhões foram apresentadas. Este total não leva em consideração 1.420 retiradas, representando aproximadamente € 1.190,3 milhões. 353 reclamações para um total de € 3,672,4 milhões, acrescidas de juros de 56,9 milhões, permanecem apresentadas.

As 145 reclamações individuais, totalizando aproximadamente € 198,7 milhões, duplicadas com aquelas que foram introduzidas pelo BPES foram contestadas. Os debates sobre as contestações serão chamados a Tribunal. Os curadores convidaram o BPES a intervir voluntariamente para apresentar os seus fundamentos a fim de justificar a sua posição de credor exclusivo.

O crédito de CHF 30.237.378,50 reclamado pelo liquidador do BPES, na insolvência acessória suíça, não está incluído neste total.

Os pedidos de revogação dos liquidatários do BPES (CHF 13.591.000,00, EUR 1.355.404.923,97, GBP 3.000.000,00 e USD 457.410.022,12) não estão incluídos neste total.

As verificações das reclamações de crédito prosseguirão.

As informações atualmente disponíveis aos curadores não permitem fazer uma estimativa dos passivos que acabarão por ser retidos na falência.

3.3. Receitas e Despesas

Após a data da decisão da insolvência e até 31 de agosto de 2023, os curadores registaram os seguintes fluxos:

	30/04/2023	31/08/2023	variação
	€	€	€
Receitas	187.255.848,01	190.293.591,14	3.037.743,13
Despesas que se	10.446.991,65	10.644.862,48	197.870,83

discriminam do
seguinte modo

• Honorários Curadores	3.184.519,00	3.274.302,65	89.783,65
• Honorários Advogados	1.735.355,69	1.766.543,03	31.187,34
• Honorários Prestadores	2.118.221,98	2.172.346,96	54.124,98
• Outros honorários	2.469,54	2.469,54	0,00
• Custo externo (revisão reclamação de créditos)	165.184,46	165.184,46	0,00
• Seguros	821.002,00	821.002,00	0,00
• Custos administrativos e diversos	69.917,90	70.329,79	411,89
• Custos informáticos	30.436,98	31.063,38	626,40
• Despesas com viagens	29.416,19	29.416,19	0,00
• Custos com pessoal	185.499,95	187.753,46	2.253,51
• Custos bancários	7.842,17	8.247,93	405,76
• Juros negativos	274.220,52	274.220,52	0,00
• Impostos	33.081,75	33.081,75	0,00
• Custos de Faturação de gestão	157.070,83	157.070,83	0,00
• Despesas imputáveis	1.632.505,69	1.651.829,99	19.077,30

As diferenças em relação aos números de 30 de abril de 2023 explicam-se por uma mudança de posição, por reclassificações e/ou refaturação de taxas e honorários.

As receitas e despesas recuperam os fluxos efetivos, sem lugar a especializações e sem lugar a provisões

4. Espírito Santo Control SA

Nesta insolvência, não houve evolução substancial após o Relatório 24.

A sociedade não dispõe de fundos líquidos.

Em 31 de agosto de 2023, 12 reclamações de créditos foram apresentadas, das quais uma foi retirada. O montante total das 11 reclamações apresentadas a título de graduação é de € 267,4 milhões.

Os pedidos de revogação pelos liquidatários do BPES no valor de € 285.356,90 não estão incluídos neste total.

Um crédito privilegiado no valor de € 1.543 foi aceite em 20 de outubro de 2016, mas não foi pago, enquanto a insolvência não possuir ativos bancários.

Os Curadores